CURRICULUM VITAE

Dados pessoais

- Nome: Arnor Lima Neto
- Data de nascimento: 21 de julho de 1952
- Natural de: Rancharía - São Paulo

Formação acadêmica

- Ano e Instituição em que concluiu Graduação: Graduação em Direito em 1975 pela Faculdade de Direito da Alta Paulista FADAP - Tupã - São Paulo
- Ano e Instituição em que concluiu Especialização: Especialização em Direito Privado e Processual Civil em 1979 pela Universidade Estadual de Maringá UEM; Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica em 1998 pela Universidade Tuiuti do Paraná - UTP; Especialização em Direito Administrativo em 2001 pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.
- Ano e Instituição em que concluiu pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) Mestrado em Direito em 2003 pela pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC.

Experiência Profissional

- Experiência anterior à Magistratura: Advogado do Banco do Brasil S.A. e Promotor de Justiça no Estado do Paraná.
- Ano do concurso em que foi aprovado para Magistratura: Concurso concluído em 1987.
- Ano em que tomou posse como Juiz Substituto: 1987.
- Ano em que tomou posse como Juiz Titular: Promovido por merecimento para o cargo de Juiz Presidente da JCJ de Cascavel - PR e posse em 1988 e também promovido por merecimento em 1998 para o cargo de Desembargador do TRT9.
- Experiência com o magistério: Professor Titular concursado de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho na Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC; Professor atualmente licenciado de Direito do Trabalho Processual do Trabalho da Faculdade de Direito Curitiba - UNICURITIBA.

• Publicação de livros de sua autoria: Cooperativas de Trabalho - Intermediação de mão-de-obra e subtração de direitos dos trabalhadores - Juruá-editora.

Informações adicionais para Biografia (opcional)

•Relate a sua carreira nos cargos de Juiz Substituto e Titular. Algum fato marcante no início de sua carreira'?

Tomei posse no dia 15 de julho de 1975 em solenidade perante o E. Tribunal Pleno e fui designado para trabalhar como auxiliar na então única Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Maringá.

No dia seguinte ao da posse em Curitiba, por volta das 15h apresentei-me ao Juiz Titular daquela unidade (naquele tempo não havia Escola Judicial e qualquer tipo de formação inicial) que, para minha surpresa, presidia duas audiências simultaneamente, na mesma sala e em duas mesas onde se encontravam as partes e seus advogados O dinâmico Juiz Aparecido Errerias transitando entre uma e outra mesa conseguia com excepcional atenção ouvir as partes e conduzi-las à conciliação

Apesar de toda a minha vivência anterior como cartorário, advogado por catorze anos e Promotor de Justiça, aquela experiência inicial causou-me grande impacto e, com certeza, serviu de estimulante exemplo de dedicação e presteza jurisdicional.

Permaneci como auxiliar na JCJ de Maringá por um ano e meio, quando fui promovido para o cargo de Juiz Titular da Junta de Cascavel e durante todo o tempo que estive em Maringá pude compartilhar do quotidiano entusiasmo e dedicação dos funcionários e do Juiz Titular na condução dos trabalhos daquela unidade que contava com cerca de cinco mil processos novos por ano e mantinha uma pauta de menos de trinta dias para a audiência inicial e pouco mais de noventa dias para a sentença dos processos que eram instruídos e chegavam à decisão final, com excepcional índice de conciliação e baixíssimo resíduo de processos a resolver.

Pouco mais de um ano fui promovido por merecimento para a titularidade da Vara única de Cascavel que estava instalada em uma sala térrea. As instalações eram precaríssimas (difícil descrevê-las e não há como comparar com qualquer uma das instalações das atuais unidades do Estado, por mais singela que seja).

Em Cascavel (vara única) onde também permaneci por cerca de ano e meio, apesar das precárias instalações e do grande volume de processos novos e do resíduo ainda para julgar e em execução, também contei com excelentes funcionários e dedicado Diretor de Secretaria.

Trabalhei também na 2ª JCJ de Londrina (havia apenas duas) por mais um ano e meio e apenas por poucos meses em União da Vitória, transferindo-me depois para a 5ª JCJ de Curitiba.

Promovido por merecimento ao cargo de Desembargador do Trabalho para a e 4ª Turma, hoje integro a e 6ª Turma.

Em 2009, fui eleito e assumi a Corregedoria-Regional, cumprindo mandato por dois anos até 2011.

- **Recorda de algum processo que tenha chamado mais a sua atenção?**

Todos os processos que conciliei, instruí e julguei ocuparam lugar de destaque no meu dia-a-dia, na medida em que sempre procurei considerar a sua importância para as partes e alguns marcaram mais do que outros. Teria muitos exemplos e um deles tratou de uma ação promovida por um empregado diagnosticado com AIDS (doença ainda pouco conhecida e que causava extrema rejeição aos seus portadores). Esse empregado fora dispensado e não dispunha de qualquer tipo de recurso para custear o tratamento disponível ou fonte de qualquer fonte de renda para sua manutenção. Não havia ainda qualquer disposição legal que tratasse especificamente do tema. Decidi pela reintegração.

- Participou de movimento de juízes ou associação de magistrados do Trabalho? Em que período? Ocupou cargo diretivo? O que destaca desse período e como avalia o alcance de sua gestão?

Não ocupei cargo de direção, mas, sou e sempre fui associado da AMATRA e, também, por alguns anos da ANAMATRA e da AMB.

- Percebia uma mudança na natureza dos feitos das então Juntas de Conciliação e Julgamento para outra (atualmente Varas do Trabalho)? Que aspectos ressalta?

Alguns temas jurídicos e pedidos são comuns e surpreendentemente permearam as ações nestes meus vinte e oito anos de magistratura. Outros temas são específicos e decorrentes das mudanças legislativas, jurisprudencias e principalmente econômicas que aconteceram nestes anos. Cito, como exemplo, os reclamos vinculados aos diversos planos econômicos editados até o plano cruzado e também os pedidos de indenização por danos morais e os decorrentes dos acidentes de trabalho após a definição da competência da Justiça do Trabalho pra dirimir essas controvérsias.

- Qual a sua visão atual da Justiça do Trabalho? Quais os principais desafios? Quais os rumos que se apresentam para a instituição no Brasil?

Continuo com a certeza que a Justiça do Trabalho constitui a principal coluna que sustenta a manutenção e o avanço dos direitos sociais dos trabalhadores deste País e é justamente nisto que se encontra o seu principal desafio, isto é, permanecer sempre firme nesse desiderato, conquanto todas as dificuldades políticas e econômicas que se lhe possam antepor.

- Qual a sua mensagem ou conselho aos que ambicionam o ingresso na carreira de magistrado trabalhista[7]

Depois de quase trinta anos no exercício da magistratura não tenho qualquer dúvida que a Magistratura Trabalhista constitui uma das carreiras

jurídicas na qual se tem, de fato, a oportunidade e a grande responsabilidade de fazer valer a dignidade humana e onde não cabe o sentimento menor da vaidade ou da simples paixão pelo poder que o cargo poderá oferecer ao Juiz no exercício desta nobre e dignificante profissão.

JUSTIÇA TRABALHISTA

TRT inicia obras do novo fórum de Apucarana

Construção está sendo feita em terreno doado pelo Município, com área de cerca de 5 mil m2. Na manhã desta quarta-feira, autoridades descerraram uma placa alusiva ao início oficial das obras (Foto: Profeta)

Fábio Rena Beraldo 16 de agosto de 2017 às 15:18 Imprimir

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) iniciou oficialmente as obras de construção da nova sede do Fórum

PROCURAR

PRAÇA RUI BARBOSA

TV APUCARANA

MAT INAUGURACAO CRAS...

1 / 6 Próx. »

MAT INAUGURACAO CRAS VL REIS 15 08 2017

Farmácia Central Apucarana amplia atendimento

Jogos Escolares do Paraná Fase Final A

Trabalhista de Apucarana. O prédio terá 1.506 m2 de área construída e será edificado em terreno doado pela Prefeitura, localizado na Avenida Central do Paraná. O novo espaço vai unificar o atendimento das duas varas do trabalho existentes em Apucarana, que atualmente funcionam em prédios separados. O prazo de execução é de 24 meses e os investimentos são de R$ 4,86 milhões.

A solenidade de lançamento aconteceu nesta quarta-feira (16/08) e contou com a presença do desembargador Arnor Lima Neto, presidente do TRT-PR, dos juízes locais, Érica Yumi Okimura (1ª Vara) e Maurício Mazur (2ª Vara), dos prefeitos de Apucarana, Beto Preto, e de Kaloré, Washington Luiz da Silva, além de outras autoridades do Judiciário. Após a cerimônia, que aconteceu na sede 1ª Vara do Trabalho, todos foram até o terreno doado pelo Município, com área de cerca de 5 mil m2, onde descerraram uma placa alusiva ao início das obras.

O prefeito Beto Preto agradeceu a todos que contribuíram para concretizar o projeto, transformando "ideia em ação". "Quero saudar a gentileza e a fidalguia em todas as interlocuções que tivemos com o TRT, através do desembargador Altino Pedrozo dos Santos e agora com o desembargador Arnor, que preside atualmente o TRT", destacou Beto Preto, classificando ainda como exemplar a atuação dos demais servidores. "Eles não deixaram que tudo ficasse apenas no campo das intenções. Quando a ideia surgiu, todos nos unimos para transformar a ideia em ação", reforça Beto Preto.

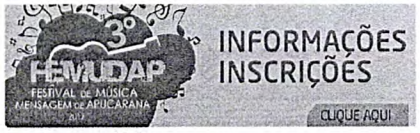
O prefeito de Apucarana disse ainda que o novo prédio significará um passo a frente nas relações do trabalho e também humanas que cercam as disputas judiciais. "Trinta e oito anos após a instalação da 1ª Vara do Trabalho de Apucarana, nós vemos iniciar essa obra que será marcante para Apucarana", frisa.

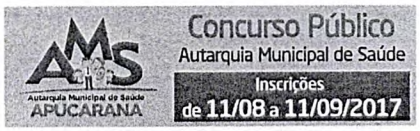
Beto Preto também citou a localização da obra, junto com outros espaços de atendimento da população. O prédio ficará ao lado de cinco importantes obras: do Cisvir, Praça CEU, Posto de Saúde Bolivar Pavão, Capela Mortuária do Jardim Ponta Grossa e da futura instalação da Emater Regional. "É um pequeno centro cívico, que agora vai se agigantar com a presença do fórum trabalhista", ressalta o prefeito de Apucarana.

O desembargador Arnor Neto observou a estreita ligação que possui com Apucarana, onde começou a trabalhar no Banco do Brasil, depois atuou como advogado e sendo ainda a cidade de nascimento de seus filhos. "Deus me reserva momentos de extrema felicidade. Tive também o privilégio de estar na faculdade junto com o Pedro Preto, pai do prefeito de Apucarana que acolheu o nosso projeto e fez todos os esforços para ceder este terreno maravilhoso", pontua Arnor.

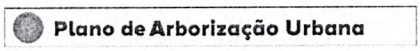
O desembargador também citou os drásticos cortes orçamentários ocorridos no ano passado e disse que a construção do fórum em Apucarana foi uma decisão estratégica. A jurisdição do Fórum Trabalhista local engloba Apucarana e outros 10 municípios (Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Kaloré, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi e Rio Bom), com população total estimada em mais de 200 mil pessoas.

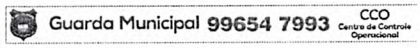
O conceito básico do projeto do novo fórum trabalhista é a funcionalidade, com ambientes projetados de acordo com as dimensões necessárias ao bom andamento dos processos de

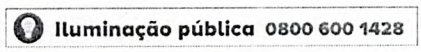


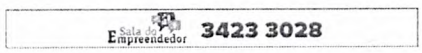


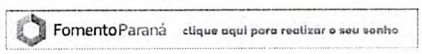
OUTROS SERVIÇOS

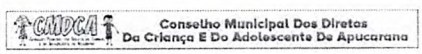




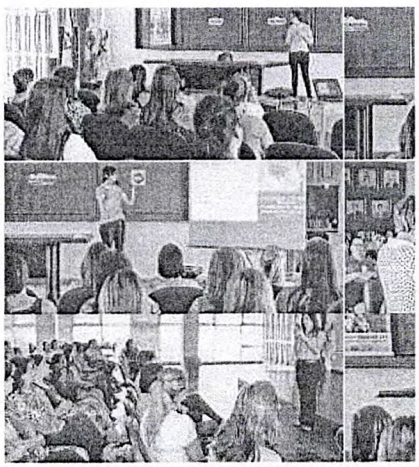








FOTOS



trabalho. "O novo prédio será adequado para a recepção e o fluxo das cerca de 600 pessoas que atualmente circulam pelas duas varas do trabalho de Apucarana, que hoje funcionam em edifícios diferentes e que passarão a atender num único espaço", reitera o desembargador. Haverá salas específicas para conciliação, para testemunhas, de perícias, auditório para escola judicial e também para uso da comunidade.

O quesito "acessibilidade" será plenamente respeitado, com adequação das instalações sanitárias aos portadores de necessidades especiais, balcão de atendimento baixo, piso tátil direcional e de alerta, rampa de acesso e vagas especiais.

O fórum será sustentável, com captação e armazenamento das águas pluviais que serão usadas para lavagem de pisos e manutenção de jardim. O novo imóvel será climatizado e contará com 195 pontos para computadores, impressoras e telefonia, além de segurança eletrônica, com infraestrutura para alarme patrimonial e circuito fechado de TV e sistema para-raios.

Com um montante de 5 mil processos em andamento, a Justiça do Trabalho em Apucarana atualmente funciona em dois locais distintos. A sede localizada na Rua São Paulo, é alugada e concentra a 1ª Vara, a direção do fórum e a central de mandado. Já a 2ª Vara atende também em um imóvel alugado na Avenida Paraná.

Apucarana conta com uma das mais antigas e consolidadas unidades jurisdicionais do Tribunal do Trabalho paranaense. A 1ª Vara do Trabalho de Apucarana foi instalada há 38 anos, em 8 de novembro de 1979, enquanto a 2ª Vara foi instalada em 2012.

Compartilhe

← Promatur lança 3º Festival de Música Mensagem de Apucarana

Apucarana fecha ciclo anual da dengue com apenas 2 casos →

© 2017 - Portal da Prefeitura Municipal de Apucarana Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25 - CEP 86800-235 • Fone: (43) 3422-4000